



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **ATA NÚMERO 57/XIII/ 1.ª SL**

Aos 8 dias do mês de junho de 2016, pelas 10 horas e 45 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 18/XIII/1.ª (GOV) - Regula o acesso à informação administrativa e a reutilização dos documentos administrativos, incluindo em matéria ambiental, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, alterada pela Diretiva 2013/37/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa à reutilização de informações do setor público;**
- 4. Discussão e votação dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do BE para a realização de um conjunto de audições no âmbito da nova apreciação na generalidade dos projetos de lei n.ºs 164 e 171/XIII/1.ª (PAN), 224/XIII/1.ª (PSD), 227/XIII/1.ª (BE), 173/XIII/1.ª (PAN), 209/XIII/1.ª (PS) e 228/XIII/1.ª (BE) e apreciação do pedido de audiência da Associação Nacional de Municípios Portugueses no mesmo âmbito, no que se refere à realidade tauromáquica;**
- 5. Admissão e distribuição da petição n.º 112/XIII/1.ª - Solicitam que a Assembleia da República debata o instituto da prisão preventiva e eventual iniciativa legislativa relativa aos prazos da prisão preventiva e à aplicação alternativa da medida de permanência na habitação com recurso a vigilância eletrónica;**
- 6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
- 7. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
- 8. Outros assuntos.**
- 9.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 57/XIII/ 1.ª SL**

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
Proposta de Lei n.º 22/XIII/1.ª (GOV)	<a href="#">Procede à segunda alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, à primeira alteração à Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital e à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes.</a>	Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Não houve lugar à distribuição de iniciativas europeias e, no ponto seguinte da ordem do dia, foi adiada, para a reunião seguinte, a discussão e votação na especialidade [Proposta de Lei n.º 18/XIII/1.ª \(GOV\)](#) - Regula o acesso à informação administrativa e a reutilização dos documentos administrativos, incluindo em matéria ambiental, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2003, relativa ao acesso do público às informações sobre ambiente, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003, alterada pela Diretiva 2013/37/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa à reutilização de informações do setor público, a solicitação dos Grupos Parlamentares do PSD e do PS - e com a concordância dos demais grupos parlamentares presentes -, que informaram que estava a ser feito um esforço no sentido de obter um consenso mais alargado sobre o texto a propor.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação conjunta dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do BE para a realização de um conjunto de audições no âmbito da nova apreciação na generalidade dos projetos de lei n.ºs 164 e 171/XIII/1.ª (PAN), 224/XIII/1.ª (PSD), 227/XIII/1.ª (BE), 173/XIII/1.ª (PAN), 209/XIII/1.ª (PS) e 228/XIII/1.ª (BE) - iniciativas sobre direitos dos animais -, bem como do pedido de audiência da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) no mesmo âmbito, no que se refere à realidade tauromáquica. No debate intervieram os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS-PP) e José Manuel Pureza (BE), tendo todos concordado com a sugestão do Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) de criação de um grupo de trabalho para operacionalizar a realização do conjunto de audições requeridas. Os Grupos Parlamentares do PS, do BE e do PCP indicaram os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves, José Manuel Pureza e António



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 57/XIII/ 1.ª SL

Filipe, respetivamente, para integrarem o grupo de trabalho, tendo os demais ficado de indicar mais tarde os seus representantes. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) sugeriu, ainda, que as entidades propostas fossem ouvidas em audiência conjunta, à semelhança do que tem sido feito noutras comissões parlamentares, e requereu, oralmente, que também fosse ouvida a Confederação Nacional dos Agricultores (CNA), proposta que mereceu a aceitação dos demais. No final, submetidos a votação conjunta os dois requerimentos - do PSD e do BE -, o pedido de audiência da ANMP e a proposta oral do PCP, foram todos aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No quinto ponto da ordem do dia, sobre a petição n.º 112/XIII/1.ª, na qual se solicita que a Assembleia da República debata o instituto da prisão preventiva e eventual iniciativa legislativa relativa aos prazos da prisão preventiva e à aplicação alternativa da medida de permanência na habitação com recurso a vigilância eletrónica, e de acordo com o proposto na respetiva nota de admissibilidade, dado ser controverso o número de assinaturas a considerar - apesar de vir indicada a subscrição de 1021 cidadãos, o sistema de receção eletrónica das petições contabilizou apenas 830 assinaturas válidas, tendo as demais 191 sido desconsideradas por não preencherem os requisitos formais - e atentos os efeitos que tal número poderá comportar na apreciação da petição (designadamente, a publicação da petição em DAR e a audiência obrigatório do primeiro peticionante previamente à admissão da petição), a Comissão deliberou convidar a primeira peticionante a, querendo, completar a identificação considerada em falta a partir do número de subscritores primeiramente apurado de 830, no prazo de 20 dias.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar nem pareceres da Subcomissão de Ética e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 8 de junho de 2016

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 57/XIII/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
António Gameiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
Jamila Madeira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Paulo Rios de Oliveira  
Sandra Cunha  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Vânia Dias da Silva  
Carla Sousa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Carlos Peixoto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
Elza Pais  
Hugo Lopes Soares  
José Luís Ferreira  
Pedro Delgado Alves